

Política militar pombalina:
Nas áreas de alto e baixo
risco de guerra

Pombaline military politics
In areas of high and low risk
of war

Christiane Figueiredo Pagano de Mello¹



Resumo: Diante das crescentes tensões vividas na Europa, resultantes da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), fazia-se indispensável aumentar a capacidade defensiva tanto no Reino de Portugal, como, também, no Estado do Brasil, sua principal terra colonial. O primeiro-ministro de D. José, Marques de Pombal, lança um ambicioso programa de reformas militares: reparação de fortificações, melhoria do exército regular e reforma das milícias. Pretendemos nesse artigo, fazer uma análise da estratégia “Povoar para Defender” no contexto da segunda metade do século XVIII, mais especificamente no interior da política militar pombalina na região do Macapá, considerada pela administração central um território de risco. Utilizaremos uma perspectiva comparativa das regiões Norte e Centro-sul da América a fim de obter uma compreensão mais ampla da política militar utilizada pela Coroa Lusitana nas suas possessões ultramarina.

Palavras-chave: Defesa; Fronteira; Projeto militar pombalino.

Abstract: Faced with the growing tensions in Europe, resulting from the Seven Years War (1756-1763), when “colonial competitions were then brought to the climax”, it was indispensable to increase the defensive capacity both in the Kingdom of Portugal and , also, in the State of Brazil, its main colonial land. The prime minister of D. Jose, Marques de Pombal, launches an ambitious program of military reforms: repair of fortifications, improvement of the regular army and reform of the militias. We intend to make a brief analysis of the strategy “People to Defend” in the context of the second half of the eighteenth century, specifically within the Pombaline military policy in the Macapá region, considered by the central administration as a risky territory. From written documents related to the region, we intend to make the counterpoint between the Pombal military project and what it actually managed to carry out in the region.

Keywords: Defense. Border. Pombalino military project.



Nos territórios situados nas áreas mais delicadas do Império, nas zonas de fronteiras, a necessidade de prevenir-se é constante. Lugar onde os vassalos deveriam estar atentos e preparados para não deixarem margem a que o agressor os surpreenda. Essas regiões fronteiriças, pelo menos idealmente, deveriam dispor de uma eficaz estrutura defensiva para garantir a posse do território. Temos como exemplo, dentre outras regiões do Império Português, a região do Macapá².

Nas ‘Instruções Régias, Públicas e Secretas’ que o Capitão General do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), recebeu do Marquês de Pombal, em 1751, encontra-se a intenção de privilegiar o Povoado de Macapá com um projeto agrário como forma de ocupação que ligaria o homem a terra. Como também com um projeto militar por conta de estar situado no delta do Rio Amazonas, tão cobiçado por holandeses e ingleses nos séculos XVI e XVII, e posteriormente pelos franceses, vindos da Guiana (AMARAL, 2010, p. 58).

O que de fato ocorreu com a elevação do povoado à categoria de Vila de São José de Macapá em 1758, com a chegada de colonos dos açores, como também com a construção da Fortaleza de São José de Macapá (REIS, 1993, p.50) que teve seu início no ano de 1764. Todo esse programa governamental de defesa e povoamento da fronteira do Cabo Norte a partir de Macapá foi acompanhado de perto pelo governo de Mendonça Furtado e de seus sucessores (REIS, 1993).

A convicção política de que a defesa do território para ser eficaz deveria ser feita pela articulação das forças militares com a fixação efetiva de colonizadores (SILVA, 2002, p.14), encontrou a sua perfeita tradução no projeto da Coroa portuguesa que esperava atingir com a migração dos casais das ilhas atlânticas os objetos de povoamento e de defesa daqueles territórios fronteiriços.

Pretendemos fazer uma breve análise da estratégia “Povoar para Defender” no contexto da segunda metade do século XVIII, mais especificamente no interior da política militar pombalina na região do Macapá, considerada pela administração central um território de risco. A partir de documentos relativos à região, tencionamos fazer o contrapondo entre os objetivos do projeto militar pombalino com o que efetivamente se conseguiu realizar na região.

Os povoadores e as ‘cidades de papel’

A migração açoriana foi um recurso fundamental da Coroa que visava a povoar e defender as zonas fronteiriças do Império Português³. No alistamento para o embarque, os açorianos eram contabilizados em casais - um casal podia



compreender o marido, a mulher, os filhos e muitas vezes alguns parentes próximos ou agregados. Essa preocupação dos administradores de Lisboa era para impedir a emigração de indivíduos isolados posto que, vir com a família, facilitava a fixação dos recém-chegados e fomentava o povoamento (CORDEIRO; MADEIRA, 2003, p. 350).

Após quase três meses de viagem, aportava em Belém, a 29 de agosto de 1751, o navio vindo da Ilha Terceira, com 86 casais açorianos, contabilizando 486 pessoas destinadas a povoar Macapá. Mendonça Furtado, em carta a Lisboa enviada em Janeiro de 1752, afirmou “achei já o navio do transporte dos casais das Ilhas dos Açores, que tinha chegado a este porto em 29 de agosto [de 1751]” (MENDONÇA, 1963, p. 207-209).

Esta primeira leva de açorianos enviada pelo ministério pombalino foi encaminhada⁴ para as margens do Rio Amazonas, onde seria fundada a vila de São José de Macapá, às margens do rio Amazonas⁵. Cabia, ao Governador Mendonça Furtado, dar destino adequado aos colonos que deveriam ser providos com alojamentos, rações alimentares, sementes, ajuda de custo, animais, utensílios, ferramentas e terras. Além de estabelecer a forma de organização dos povoados, traçado urbano, localização das igrejas, estruturação das Companhias de Ordenanças, conforme determinações de Lisboa (REIS, 1965 apud TORRES, 2006, p. 77). Todavia, os resultados iniciais dessa colonização não saíram exatamente como o planejado. Nas palavras do governador do Estado do Grão-Pará referindo-se a chegada de outro navio em 9 de outubro de 1752:

Como me vi com esta quantidade de gente [428 açorianos] quis ver se podia dar-lhe algum remédio, e mandei ao Provedor da Fazenda real me dissesse o dinheiro que se achava no cofre [...] consta que não só não havia dinheiro algum no sobredito cofre, porém era devedor do Almoxarife atual da quantia de 977\$218.84 (APP. apud VIEIRA JUNIOR, 2017, p. 361).

Dessa forma, desde o início as adversidades despontavam: a começar pela falta de recursos para a manutenção dos colonos na capital; pelas mínimas condições para transportar os colonos da capital para as vilas; até a implantação do povoamento, marcado pela improvisação. (RAVENA, 1999. p. 63-64).

A elevação do povoado de Macapá à vila constava no projeto mais amplo de afirmação da soberania lusa na América, no qual houve a elevação de novas vilas nos sertões, fronteiras, áreas de ocupação recente ou ameaçadas pelos



interesses de outros Estados. A vila de São José de Macapá seria o grande empreendimento urbano de Mendonça Furtado, devendo espelhar o seu projeto administrativo e político (ARAÚJO, 2012, p. 56). Conforme padrões lusos, a vila deveria representar civilidade e se tornar modelo para futuras instalações na região. Concretizando as aspirações da Coroa para manutenção da região (DELSON, 1997, p. 59).

E o projeto interno da vila também foi pensado ao pormenor pelo engenheiro Tomas Rodrigues da Costa, que desenhou a igreja, a câmara e o modelo das casas dos moradores, que deveriam ser todas iguais. Um código de posturas municipais viria reforçar este sentido da beleza da regularidade das fachadas, que deveriam ser mantidas pelos moradores. O discurso da civilidade pretendida era dado pela forma regular e bela da vila. O discurso da legitimação e do poder que a instituíra era feito no nome da vila de São José, em clara alusão ao rei (ARAÚJO, 2012, p. 56).

Entretanto, a partir de documentos relativos à vila de Macapá, percebe-se discrepância entre o proposto e o lugar para a moradia dos povoadores açorianos. Em 1761, o Ouvidor Geral da Capitania fez uma correição à vila do Macapá e avaliou o estado em que se encontrava: “A Vila de Macapá está no seu primeiro estabelecimento com precisão de muitas obras públicas: calçadas, fontes, pontes, caminhos e serventias do Povo” (OFÍCIO do Ouvidor-Geral da Capitania do Pará, Feliciano Ramos Nobre Mourão, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar; Pará: AHU, 1761. Cx. 49, doc. 4522).

Porém, em 1773, após 15 anos da fundação, quando havia 986 pessoas livres e 321 escravos, houve poucas melhorias na vila, conforme parecer sobre a sua situação e de seus habitantes, segundo o governador João Pereira Caldas (1772 – 1780):

As casas não têm nobreza alguma e se conservam ainda cobertas de palha como no princípio da sua fundação; contudo os seus moradores vivem sofrivelmente com os provenientes da agricultura e das suas lavouras (Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Pará: AHU, 1773, Cx. 83, doc.6831)

Apesar de ciente da precariedade das instalações e da agricultura, o governador não tomou as necessárias providências para solucionar os problemas



do vilarejo, quiçá, por serem incompatíveis com as condições materiais da Capitania. Assim é que, mesmo após 21 anos de sua fundação, no ano de 1779, as queixas dos moradores continuavam as mesmas sobre as condições da vila, que se encontrava em “deplorável estado” (Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha, Pará: AHU, 1779, Cx. 83, doc. 6831).

E, dessa mesma feita, duas outras vilas criadas para servir de apoio militar a vila Macapá em caso de invasão francesa⁶ - vila Vistosa da Madre de Deus, fundada em 1767 e vila Nova Mazagão, em 1770, colonizada por portugueses vindos do Marrocos - igualmente sofreram dificuldades, entre pobreza e doenças. Na vila Vistosa as dificuldades eram tantas e intransponíveis que, “todo empenho desta gente era abandonar a Povoação pela penúria em que nela vivem”. A tal ponto a escassez chegava que o comandante da vila advertiu o Governador que, se não houver um socorro imediato para a vila “em breve tempo se extinguirá”, pois os colonos “já estão cansados de trabalhar sem utilidade” (Carta do Comandante da Vila Vistosa, Marcos José Monteiro de Carvalho, para o Governador e Capitão general do Estado do Pará; Pará: AHU, 1773, Cx. 77, doc.321). Conforme Laurent Vidal, a vila Nova Mazagão, “cidade-de-papel”, planejada pelas autoridades, mostrou outra realidade posto que, ao contrário do que pensavam, as terras nos arredores de Nova Mazagão não eram produtivas e, com passar do tempo, ambas as vilas tiveram o mesmo fim: desaparecerem em meio à selva. (VIDAL, 2008, p. 178).

Diante das adversidades, alguns historiadores da região chegaram à conclusão de que na verdade, o interesse maior de Lisboa era defender a região do Macapá e não desenvolver vilas ou melhorar as condições dos colonos (LUNA, 2009, p. 45). Ou de que, a proposta de controlar a região contra as investidas dos franceses, suplantaria o caráter de vila agrícola (FERREIRA, 1998, p. 93). Afirmam ainda que, se o objetivo era povoar para defender, os colonos seriam mais úteis, pois, ao menos naquele lugar a Coroa não mais se sentiria ameaçada. Concluem que, se para os colonos o resultado da experiência fora insatisfatório, para a política pombalina, os ganhos haviam sido compensatórios (SOUZA, 2006, p. 9).

Esse tipo de análise prioriza a questão geográfica e estratégica do povoamento como propósito defensivo; entretanto, ignora o papel fundamental da dimensão política na manutenção do controle das regiões coloniais. Esta dimensão cumpria-se à medida que autoridades régias percebiam a necessidade de povoar a região com vassalos fiéis para garantir a sua posse real. Tal como em outras mais distantes, como ao sul e centro do Brasil, ou Moçambique, na costa sudeste da África além de ilhas oceânicas, como a da Madeira.



O fator político traduz-se na necessidade da Coroa de negociar a defesa territorial com os seus súditos, no caso, os colonos povoadores (GREENE, 1994, p. 123). Era notório que a Coroa muito dependia da atuação desses colonos de fronteira na manutenção territorial. Em contrapartida, para dispor de súditos fiéis e combativos, ao menos a Coroa deveria cumprir as promessas do Decreto Real aos novos povoadores⁷. Era a dimensão política do princípio “Povoar para Defender” e nela, os súditos fiéis tornar-se-iam agentes da defesa. Desconsiderá-la na região do Macapá implicaria na mesma lógica que administradores régios do século XVIII tiveram com a fronteira Norte.

Afinal, o descontentamento dos colonos em áreas de fronteira, torná-los-iam súditos infiéis e até perigosos no caso ingressassem nas tropas francesas, procurassem melhores condições ao lado delas ou ainda, se fugissem do conflito. Descontentes com a política lusitana, a sobreviver em meio à falta de trabalho e da miséria, a questão é: como esses colonos poderiam ser motivados e estar física e politicamente dispostos para combater na defesa dos domínios reais?

O fator político presente na fronteira Sul e ausente no Norte

Situação diversa destes colonos, interessa observar a presença do fator político no tratamento dispensado pela Coroa aos habitantes das fronteiras do sul. Território com maior incidência de guerra aberta caracterizava-se por ser das regiões mais voláteis do Império português na América. Na região meridional, a Colônia do Sacramento, foi dos principais focos da Coroa portuguesa na América, nervo militar do Império. Em 1680, fundada nas margens do Rio da Prata⁸, tornou-se zona de conflito devido à indefinição entre os domínios das Coroas de Espanha e de Portugal.

Após a Guerra dos Sete anos, a partir da segunda metade do século XVIII, momento em que “as competições coloniais, foram então levadas ao clímax” (NOVAIS, 1979, p.47), os conflitos se intensificam ainda mais por disputas de fronteira. Nesse contexto, a história de Sacramento, bem como do território português ao Sul da América foi repleta de intensas disputas militares e diplomáticas que marcaram a política-militar das Cortes Ibéricas ao longo dessa época. Dessa forma, era necessário que a Coroa mantivesse os seus súditos fiéis nas fronteiras meridionais da América. É certo que, nem sempre o eram em termos econômicos, porque a prática do contrabando era constante, mas deveriam ser fiéis em termos bélicos.

Paratanto, a dimensão política era o expediente que Lisboa realmente dispunha



para conseguir enfrentar os espanhóis nas fronteiras sulinas. Considerando a persistente falta de recursos financeiros da Coroa para armar, pagar e treinar homens para o combate, tornou-se fundamental obter a cooperação tanto das elites locais quanto dos setores populares para as campanhas em prol da defesa territorial. Era dessa forma que o Estado luso buscava superar suas limitações militares.

Nas zonas de fronteiras incertas onde confrontos bélicos eram constantes, era preciso garantir a lealdade dos súditos e, para tanto, a Coroa deveria dispensar tratamento diferenciado aos habitantes dessa região. Por exemplo, manter relativa autonomia política, tolerar práticas ilícitas, além de recompensá-los pela atuação nos campos de batalha com mais privilégios, títulos e terras⁹. Dessa forma, os colonos, considerados e atendidos pela Coroa, estariam a serviço como súditos fiéis e dispostos a contribuir com recursos financeiros, humanos e bélicos na defesa dos domínios reais. Em 1771, na carta ao Rei, vereadores de Viamão, afirmaram que, uma vez atendidos, ficariam os “moradores desta fronteira contentes e prontos com seus filhos e fazendas em uma cega obediência às ordens de Vossa Majestade” (Carta dos oficias da Câmara do Rio Grande São Pedro ao rei Dom José I, RS: AHU, 1771, Cx. 2, doc.170, apud, GIL, 2003, p. 260). Afinal, o auxílio militar que os colonos prestavam a Coroa dava-se em troca de interesses e consideráveis arranjos políticos (Carta dos oficias da Câmara do Rio Grande São Pedro ao rei Dom José I, RS: AHU, 1771, Cx. 2, doc.170, apud, GIL, 2003 p. 260).

Entretanto, por que administradores régios consideraram a dimensão política no trato com os colonos nas fronteiras sulinas e a desprezaram na fronteira Norte? De imediato, constata-se a diferença da situação militar entre as duas fronteiras: a do Sul vivia em constante guerra aberta contra a Espanha, seu o inimigo externo, em função de disputas territoriais; ao Norte, a situação militar era preventiva no que se refere às hostilidades externas e com baixo risco de perdas territoriais.

Na região norte, ressaltamos que, na segunda metade do século XVIII, os confrontos que ocorreram, foram com índios e após, com negros fugidos, ou seja, com inimigos internos na Colônia. Organizadas em bandos armados, as elites locais, souberam se defender, pois se valiam de milícias, compostas por parentes e agregados para se defenderem contra ameaças a suas famílias e ataques às propriedades.

Além da diferença militar entre ambas fronteiras, outra, significativa, consiste nas diferentes condições em que se encontravam os colonos da fronteira



Sul e os da fronteira Norte, em meados do setecentos. Ao sul, vários colonos povoadores estabelecidos dispunham de patrimônios e recursos consideráveis e até poderiam, colaborar na defesa dos domínios régios. Bastava que a Coroa respeitasse e mantivesse os seus privilégios e estatutos e os recompensassem pelo seu auxílio bélico com as benesses régias.

Foi o caso de Rafael Pinto Bandeira¹⁰, o mais notório exemplar do militar-estancieiro (GOLIN, 2011, p. 6), que não apenas comandou várias das bem-sucedidas investidas lusas no contra-ataque, como despendeu de seu patrimônio pessoal para a guerra, além de arregimentar homens para a luta contra o inimigo. Em contrapartida, a Coroa lusa tolerava práticas ilícitas na região, especialmente quando se tratava de um membro da elite local, capaz de armar homens para a guerra. Caso de Rafael Pinto Bandeira que, acusado de contrabandista por inúmeras pessoas, passou, sem constrangimento por várias investigações e ainda assumiu, por duas vezes, o governo interino da capitania do Rio Grande de São Pedro e, em 1790, elevado a Brigadeiro pela Rainha (GIL, 2007, p. 51).

Situação diversa estava a fronteira Norte. Inicialmente a região do Macapá estava habitada apenas por índios e jesuítas. O espaço onde estava constituída a aldeia missionária foi o lugar em que os colonos foram estabelecidos¹¹. Por outro, os colonos povoadores que chegaram à região do Macapá vindos das Ilhas, praticamente nada tinham, vieram apenas com promessas que não foram cumpridas satisfatoriamente. Sentiam-se, dessa forma, traídos: “foram convidados por um Decreto Real para saírem das Ilhas para povoarem aquela Colônia [...] deixaram as suas pátrias e que chegados àquela situação os tinha desamparado de todo o humano socorro” (Consulta do Conselho Ultramarino para a rainha sobre a exposição feita pelos oficiais da Câmara, Pará: AHU, 1779, Cx91, doc. 429).

Evidente é a decepção dos novos moradores com a promessa de uma vida melhor (SOUZA, 2006, p.10), revelava-se uma rotina de trabalho duro nas lavouras: “sujeitando aqueles humildes vassallos à mais rigorosa servidão que excedia a consideração humana pelo despotismo e bárbaros procedimentos” (Consulta do Conselho Ultramarino para a rainha sobre a exposição feita pelos oficiais da Câmara, Pará: AHU, 1779, Cx91, doc. 429).

A precariedade, grande era o desamparo, a penúria, as queixas e as frequentes reivindicações dessa gente tão desassistida durante o período pombalino. Os moradores da vila do Macapá, conscientes da importância estratégica de sua região suplicavam à Coroa por maior atenção: “Que a necessidade da população



da América e daquela parte importante do seu Continente mereceria que fossem mais bem tratados” (Consulta do Conselho Ultramarino para a rainha sobre a exposição feita pelos oficiais da Câmara, Pará: AHU, 1779, Cx91, doc. 429). A localização de Macapá era estratégica para Portugal e estava sob perigo constante de ser anexada pela França e, apesar de ser considerada “em certo modo, o baluarte desta Capitania”¹², não recebia a devida atenção militar por parte da Coroa portuguesa.

A despeito de ser região de fronteira, a Coroa ignorou as recorrentes demandas dos colonos da região do Macapá, tanto por não combater contra inimigo externo, mas também por falta de vários recursos¹³. Nem governadores, nem a fazenda real, dispunham de recursos materiais, humanos e financeiros para os novos residentes, conforme promessas garantidas no Decreto Real. As despesas com a infraestrutura necessária para a fixação das famílias dos colonos açorianos eram vultuosas demais. De modo que, não restava alternativa para a Coroa a não ser acreditar que o simples fato de povoar a área considerada de risco garantiria automaticamente a defesa do território no caso de um possível ataque, ataque que efetivamente nunca aconteceu para a sorte da Coroa de Portugal.

A fortaleza de São José do Macapá versus as potências europeias?

Ao analisar o projeto estratégico “Povoar para Defender” no contexto da região Norte, interessante observar o momento em que a fronteira do Macapá experimentou a eminência de um conflito contra um inimigo externo o que aconteceu em 1777. Então, o governador da Capitania do Grão Pará, João Pereira Caldas (1772-1780), recebeu notícias de Lisboa de que uma poderosa esquadra militar e naval espanhola¹⁴ saía de Cádiz em direção à América. Entretanto, o eminente confronto militar no Norte era preventivo, ou seja: “em caso de qualquer inesperado ataque” (Ofício do Capitão general João Pereira Caldas para Martinho de Mello e Castro. Pará: AHU, 1777, Cx 84, doc. 233), segundo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário da Marinha e do Ultramar. Então, Lisboa dispunha das informações sobre o local do ataque espanhol: a Ilha de Santa Catarina, ao Sul da América.

Em relação ao litoral do Pará, era possível que “parte daquelas embarcações sejam obrigadas a buscar de arribada este Porto” (Ofício do Capitão general João Pereira Caldas para Martinho de Mello e Castro. Pará: AHU, 1777, Cx 84, doc. 233). Segundo as autoridades, a região do Macapá poderia ser alvo de



alguns navios de guerra espanhóis. Suspeitou-se até de “ataque conjunto de espanhóis e franceses (Monarquias aliadas e que rivalizavam com portugueses e britânicos) contra as possessões lusas na América” (BASTOS, 2014, p. 12). A região possuía uma importância estratégica para a Coroa portuguesa devido a área fazer fronteira com possessões territoriais francesas. Mais que isso, essa região continha uma área contestada: disputada entre as Coroas de Portugal e França.

A construção de uma fortaleza – a de São José de Macapá, constava nos planos do Governador Mendonça Furtado (1751-1759); porém, somente em 1764, iniciadas as obras, terminadas em 1782, dezoito anos após iniciados os trabalhos. O projeto da Fortaleza de São José de Macapá¹⁵ combinava os estilos francês e italiano, mas adaptado à realidade local. Para Ricardo Fontana, Henrique Antônio Gallucio, engenheiro italiano que assinou o projeto, “respeitou o sistema básico da engenharia militar italiana do séc. XVI, apesar de trabalhar no século XVIII e de ser influenciado pelos modelos francês de Vauban e do português Manoel de Azevedo Fortes” (FONTANA, 2005, p. 51).

Estrategicamente situada na margem esquerda da foz do rio Amazonas, a Fortaleza de São José de Macapá foi concebida para funções militares de defesa contra ataques inesperados e, em caso de guerra, servir como proteção para os residentes de Macapá e demais vilas e povoados da região; de acordo Carla Brito:

O propósito de construir uma arquitetura de defesa “eficiente” é percebido nas imagens de plantas arquitetônicas antecedentes e também na planta do projeto final idealizadas segundo as interpretações de seus engenheiros construtores (BRITO, 2013, p.35).

Longe do projeto que se pretendia “uma arquitetura de defesa ‘eficiente’”, em 1777, qual era a real situação da Fortaleza de São José de Macapá, diante da perspectiva de um provável ataque espanhol? É possível traçar um retrato de sua situação militar e da capacidade defensiva na exposição feita pelos moradores da vila, mediante missiva do Senado de Macapá ao Conselho Ultramarino, em que se referem “à prevenção que houve pela suspeita de guerra” (Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha. Pará: AHU, 1779, Cx.91, doc.429) e denunciam o estado precário do sistema defensivo da Fortaleza. De acordo com o Senado, diante de um provável ataque e confronto militar com os espanhóis,



a primeira providência do governador militar Manuel da Gama Lobo (1773-1784) foi a de se prevenir “fazendo recolher dentro da Praça toda a guarnição da Tropa Paga e Auxiliar”. Entretanto, “ficando fora ao desamparo todas as suas famílias expostas a qualquer incidente”.

Entende-se porque famílias ficavam desprotegidas fora da Praça, pois, no seu interior, “mal se podia aquartelar a guarnição”. O cenário tornava-se ainda mais trágico no interior da Praça, posto que “não havendo nos Armazéns mantimentos de qualidade alguma” o resultado seria que “se sucede haver algum ataque dos inimigos acharia a gente estropiada e mortos de fome”. Ao final da exposição, o Senado, além de se referir ao “deplorável estado” da vila do Macapá e sobre a incapacidade defensiva dessa região estratégica em caso de agressão espanhola, afirma: “fica claro que, com facilidade se assenhoreariam de tudo, se Deus não fosse servido acudir com sua Divina Providência” (Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha. Pará: AHU, 1779, Cx 91, doc. 429).

Portanto, diante da precariedade defensiva da Fortaleza, somente a ajuda da Divina Providência teria livrado os moradores do ataque espanhol pois, caso tivesse ocorrido, os inimigos não teriam encontrado resistência dos combatentes e nem da Fortaleza e, logo acabariam se rendendo às forças espanholas. No evento citado, é evidente a ineficácia da Fortaleza de São José do Macapá, resultado da ausência de investimentos em poderio bélico e defensivo¹⁶, mesmo após treze anos do início de sua construção. Somente em 19 de março 1782, a Fortaleza foi inaugurada, “após inúmeras dificuldades financeiras e o interposto desinteresse da coroa” (FONTANA, 2005, p. 50).

Quando colonos são convertidos em soldados

Para a Coroa, além da função militar, ressalte-se que a Fortaleza servia como instrumento de fixação e posto avançado de colonização na região (FONTANA, 2005). Nesse sentido, Beatriz Bueno afirma que, “nos tempos de Pombal, as cidades e fortificações projetadas e construídas foram elementos voltados ao controle do território, além de instrumentos agregadores da população dispersa” (BUENO, 2000, p. 57- 58).

A partir da segunda metade do século XVIII, fortificação e povoamento estão vinculados: “Para que a Fortificação se constitua como sistema de defesa é indispensável que se estabeleça uma povoação” (SALOMON, 2002, p. 152). Afinal, Fortaleza necessita da povoação porque é abastecida por ela: seja para alimentar a guarnição, seja para retirar dela os seus efetivos. De acordo com



Marlon Salomon:

A constituição de um sistema de fortificação é totalmente dependente do deslocamento de pessoas que povoem suas proximidades, que cultivem suas terras, forneçam alimentos aos soldados das guarnições e que ainda sirvam como força disponível ao soberano para a defesa de seus domínios (SALOMON, 2002, p. 152).

Portanto, não é de se estranhar que o governador militar de Macapá fosse incumbido tanto de defender a praça como também de zelar para que os habitantes cultivem suas terras para que forneçam alimentos aos soldados. De acordo com Adler de Castro em “O Fecho do Império”:

Consideramos relevante o fato de o comandante da força enviada para Macapá em 1754, receber não apenas a função de atuar na defesa da povoação e da ocupação militar da região, mas também a de fomentar a agricultura, como uma forma de garantir a ocupação prolongada do território (CASTRO, 1999, p.167).

O fomento à imigração de açorianos e à agricultura visava povoar a região, dotando-a de recursos para a guerra, isto é, homens para a formação de milícias e alimentos para a manutenção das tropas. Para Acevedo Marin, o projeto pombalino na vila do Macapá era ambivalente, por ser: “colônia agrícola e guarnição militar, ao mesmo tempo”. Para a autora “os colonos estavam em regime de disponibilidade compulsória para servir como militares”, além de receber “instruções para dedicar-se ao trabalho agrícola” (MARIN, 2005, p. 86).

Ressalte-se que tal ambivalência atendia o projeto militar pombalino para a América portuguesa, isto é, o de promover a criação e a multiplicação de uma espécie de tropa definida, segundo Conde Lippe, de “anfíbia”: soldados “meio paisanos, meio militares”. Que em tempo de paz “cultivam as terras, criam os gados, e enriquecem o país com o seu trabalho e indústria”. E em tempo de guerra “são os que com as armas na mão defendem os seus bens, as suas casas, e as suas famílias das hostilidades e invasões inimigas” (SALES, 1936, P. 137).

Este foi um dos princípios constituintes dos chamados Corpos de Auxiliares que, a partir da Carta Régia de 22 de março de 1766 (Quanto aos Corpos Auxiliares da Capitania das Minas, não assinada; MG: AHU, 1766, Cx 87, doc 48), deveriam se tornar a principal força de defesa das Capitânicas. A partir dela, foi instituído o alistamento obrigatório dos colonos nas tropas auxiliares, sem privilégio de



nobreza ou cor - “sem exceção de nobres, plebeus, brancos, mestiços, pretos ingênuos e libertos” (Edital para se alistarem todos os moradores das terras da jurisdição desta Capitania [Rio de Janeiro], ANRJ, 1766, Cod.73, vol.1, fl.143).

Determinava, ainda, que um sargento-mor das tropas pagas deveria ser escolhido para disciplinar as milícias. Os Corpos de Auxiliares do período pombalino diferiam dos períodos anteriores posto que deveriam estar melhor treinados e militarmente preparados para auxiliar os Corpos Regulares em qualquer situação de defesa. Para a Coroa, os Corpos de Auxiliares seriam a solução para militarizar a sociedade, evitar ameaça de indesejada desagregação econômica, além de ser menos dispendioso do que a manutenção de um exército permanente. Assim sendo, o projeto militar pombalino pretendia, por meio da criação dos Corpos de Auxiliares, conciliar atividades agrícolas e militares.

Entretanto, na região do Macapá, Acevedo Marin, aponta para um desequilíbrio entre estas atividades, posto que as autoridades primaram os interesses militares em detrimento da agricultura (MARIN, 2005, p.86). Ao analisar a documentação da região, de fato, em um primeiro momento, pode parecer que os Governadores tomaram medidas que favoreceriam as forças de combate e as de defesas da região. Contudo, ao examinar a partir da dinâmica do pacto político, o projeto pombalino fracassou tanto no aspecto agrícola, como também no militar. Reiteramos que esse duplo fracasso decorreu da quebra do pacto dos Governadores - representantes régios na Colônia, com os súditos - os colonos povoadores de Macapá.

Ressalte-se que o fundamento político do Estado Moderno Monárquico se constitui a partir de um pacto instituído entre a Coroa e os seus súditos¹⁷. O Pacto estabelece uma relação bilateral –assimétrica pela diferença de escala – de troca entre o compromisso de obediência e fidelidade dos súditos à Coroa, e a proteção e manutenção das propriedades e privilégios dos seus súditos. O pacto entre o Rei e os súditos que distinguiria as monarquias dos regimes despóticos e conforme Fernando Dores Costa:

Uma tal distinção é crucial para a construção da legitimidade das monarquias: sob os despotismos, não há estatutos certos, perduráveis e transmissíveis e todos estão nivelados pela condição de escravos, mesmo aqueles que momentaneamente ganham riquezas e prestígio. Nas monarquias, o Rei, ao contrário do déspota, está limitado pelo reconhecimento da propriedade, tomada em sentido amplo (COSTA, 2000, p.79).



Na região de Macapá, verifica-se uma série de relatos sobre os graves abusos e intromissões no patrimônio dos colonos povoadores efetuados pelos seus Governadores militares. Decorrente da atuação desses administradores régios fora do âmbito pactual, o projeto militar pombalino, que sustentava o princípio de “Povoar para Defender”, fracassou em seus objetivos militares e econômicos. Questão explorada por historiadores da região, entre vários casos estudados, o da construção da Fortaleza de São José que exigiu demais dos colonos, e resultou em graves prejuízos à produção agrícola. Para Acevedo Marin, devido à obra da Fortaleza, os colonos sofreram interferências na gestão das suas propriedades - escravos, animais e plantações, pois foram obrigados a emprestar o serviço de seus escravos, do gado, além de prestar horas de trabalho ou necessidades do coletivo com os gêneros colhidos (MARIN, 2005, p. 86).

Ou ainda, consta que a partir da década de 70 do século XVIII, quando as tensões internacionais agravaram, o Governador militar da vila São José de Macapá alistou sua população masculina no terço da Cavalaria Auxiliar (LUNA, 2009, p.67). Entretanto, esse recrutamento foi executado, sem considerar os limites da força de trabalho que detinham os colonos: “Fizeram-lhes os filhos soldados sem atenção a quem tinha um ou três [...] atropelando os privilégios que os Povoadores têm, concedido pelo Senhor Rei Dom João o quinto” (Consulta do Conselho Ultramarino para a Rainha, Pará: AHU, 1779, Cx.91, doc. 429), deixando-os praticamente desprovidos de mão-de-obra o que foi prejudicial à produção agrícola.

No âmbito do pacto, os governadores, representantes régios na Colônia, deveriam proteger e respeitar o patrimônio e as atividades produtivas dos colonos, para não haver desagregação econômica em face da retirada de trabalhadores para as fileiras militares ou para os serviços públicos. Dores Costa chama a atenção para os fundamentos da Monarquia, “A ação da administração régia estava limitada pelo reconhecimento da propriedade de seus vassalos, tomada em seu sentido mais amplo” (COSTA, 2000, p.79).

Na vila do Macapá, durante o período pombalino houve, por parte de seus governadores, a quebra explícita do pacto político, ou seja, do vínculo que unia os representantes régios aos súditos, que sustentava a fidelidade e a obediência destes - os colonos povoadores, ao Rei de Portugal. Nestes termos, há o problema que se coloca com relação aos trabalhos desenvolvidos pelos historiadores da região Norte: eles afirmam que o fator militar foi privilegiado pelos governadores; porém, será que apenas com povoamento e fortificação se poderia garantir a posse e o domínio da região fronteira do Macapá? Se apenas



o estabelecimento de povoadores - de colonos fixados na área, garantiria que se converteriam em forças de defesa?

A presença de colonos numa região de risco não implica, necessariamente, que eles se transformariam em soldados, em forças de defesa. Como demonstramos, considerar tal possibilidade significa ignorar a importância do fator político presente na dinâmica das relações na sociedade colonial. O projeto estratégico de “Povoar para Defender” seria eficiente ao fixar uma população comprometida com a Coroa portuguesa, isto é, de súditos que tivessem seu patrimônio respeitado pelas autoridades régias. Porém, em contrapartida e, apenas dessa forma – na lógica política do pacto¹⁸ –, eles prestariam auxílio militar para a defesa dos domínios reais. Bem como, era importante dispor de uma Fortaleza com “uma arquitetura de defesa ‘eficiente’”, capaz de cumprir, com competência, suas funções básicas de defesa; entretanto, no episódio descrito, de 1777, tal revelou-se desastroso.

Dessa forma, considerarmos que o projeto militar pombalino de “Povoar para Defender”, na região fronteira do Macapá, não vingou no aspecto militar, tampouco no desenvolvimento agrícola dos colonos povoadores. Entretanto, longe de uma passividade que deixasse os colonos povoadores sempre de acordo com as ordens superiores, as resistências às medidas abusivas determinadas pelos Governadores militares na região do Macapá se manifestariam através de cartas destinadas ao Conselho Ultramarino e das inúmeras fugas dos habitantes das vilas verificadas na região durante todo o período pombalino.

Onde os súditos dispõem da força política

Assim, com circunstâncias marcadas pelo abuso de poder no Norte da América Portuguesa, estas ocorreram em quase todo território régio na América lusa. Mas, detenhamo-nos em um caso sucedido em Minas Gerais no ano de 1766. Seu Governador, Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), pôs em risco os patrimônios e os estatutos dos súditos por causa das exigências militares excessivas para a defesa do Estado. Entretanto, compelido pelos próprios súditos cujos interesses foram lesados, o governador teve de reconsiderar as determinações iniciais, inserindo-as no âmbito das garantias do pacto, isto é, a respeitr propriedades e privilégios.

Assim, para cumprir as determinações régias, em decorrência do agravamento das tensões hispano-portuguesas nas regiões limítrofes sulinas, o Governador de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, envia, em fevereiro de 1766,



uma carta circular aos Capitães-Mores da Capitania, com várias exigências essenciais para que as Tropas de Ordenanças e de Auxiliares estivessem prontas, na “contingencia de se fazer preciso uma expedição de tropas para marchar quando e para onde necessario fosse por bem do Real Serviço de S.Magestade” (Cópia da Carta Circular aos Capitães Mores de Luiz Diogo da Silva; MG: AHU, Cx. 88, doc. 36).

Uma delas era a retirada de um quinto dos escravos presentes nas jurisdições de cada Capitão-Mor, “sem exceção dos ocupados em lavouras, rossas, ou particulares serviços”. Advertia, ainda, que só deveriam ser escolhidos aqueles “de melhor saúde e robustos” (Carta Circular aos Capitães Mores de Luiz Diogo da Silva; MG: AHU, Cx. 88, doc. 36).

Tais exigências de recrutamento militar para a expedição atingiram dois pilares fundamentais ao funcionamento dos patrimônios pertencentes aos “Lavradores de Fabricas tanto de Roças como de mineração” – os senhores e seus escravos, como definidos no documento. A requisição de um quinto dos escravos para a expedição poderia provocar graves perdas no patrimônio dos roceiros e mineiros. A desobediência às ordens militares ficou evidente quando o capitão-mor, após receber as listas dos homens que deveriam formar os Terços, informou ao governador que elas estavam “tão diminutas e de homens incapazes”; também quando, ao requisitarem a lista de escravos, os capitães constataram que os “Senhores deles não querem dar o Rol” (Carta do Capitão-Mor da Comarca para o Governador de Minas Gerais, MG: AHU, 1766, Cx. 88, doc. 36).

A resistência às medidas determinadas pelo Governador iria assumir dimensões ainda mais perigosas. O governador de São Paulo, Morgado de Mateus, informou sobre a cópia de uma carta vinda de Minas a circular na Capitania de São Paulo, cujo conteúdo provocaria graves danos ao serviço real, posto que escrita “em termos extraordinarios, e sediciosos, cheia de espirito de revolta, contrário à execução das ordens de S.Majestade” (Ofício de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, SP: AHU, 1766, Cx. 25, doc. 2409).

A fim de impedir conseqüências graves que poderiam ocorrer, o governador ordenou o recolhimento das cópias dessas cartas. Segundo Morgado de Mateus, a medida foi alcançada, com a apreensão de todas as cópias e assim evitou que chegassem às mãos dos inimigos, espanhóis. Apesar das censuras ao conteúdo da carta, é perceptível a mudança significativa no discurso do Governador Luiz Diogo da Silva, demonstrada, em abril de 1766, no anúncio público lançado em Minas Gerais. Ao dispor suas ordens militares, com definidos limites de alcance,



ele apontava para reconhecimento efetivo dos patrimônios em questão, ao alterar a atitude inicial sustentada na carta circular enviada aos Capitães-Mores em fevereiro de 1766.

Quanto à escolha do quinto dos escravos, o Governador afirmava no Bando: “[...] ficando na inteligencia os Senhores dos ditos escravos que o 5º destes há de ser da sua eleição para que possam rezervar os que mais convenientes lhes foram para o trabalho das suas lavouras, e lavras” (Bando lançado pelo Governador de Minas Gerais, MG: AHU, 1766, Cx. 88, doc. 36). Portanto, era reconhecido que o poder de escolha pertencia aos Senhores, medida necessária para preservar seus patrimônios. Até em casos de certos senhores quererem “livrar o 5º dos seus escravos” seria possível, desde que aceitassem “concorrer com quantia proporcionada” (Bando lançado pelo Governador de Minas Gerais, MG: AHU, 1766, Cx. 88, doc. 36).

As ordens impostas pela Coroa para a “conservação dos seus reais domínios” (Bando lançado pelo Governador de Minas Gerais, MG: AHU, 1766 MG, Cx. 88, doc. 36) tinham um caráter geral e para seu cumprimento, ou seja, efetivar o recrutamento militar preservando patrimônios e estatutos da possível ação destrutiva deveriam receber as necessárias adaptações dos governadores das capitanias. Dessa forma, certas resistências da sociedade local às determinações do governador e as correspondentes reivindicações por elas defendidas, estavam inscritas no pacto. Ou seja na relação de troca entre o compromisso de fiel obediência dos súditos e a manutenção e proteção de propriedades e privilégios.

Ora, as exigências iniciais feitas pelo Governador de Minas negligenciavam por completo a necessária deferência, que deveria estar intrínseca, ao patrimônio desses senhores. Ao atingir de forma prejudicial esse patrimônio, as exigências tocavam em um ponto crucial da dinâmica do pacto, uma vez que “esse pacto implica que o poder exercido em nome do rei não pode por em causa o estatuto de seus vassallos e, que, pelo contrário, se define como garantia da sua permanência” (COSTA, 2000, p.79).

Desconsiderar tal princípio, prescindir do apoio das elites locais, transformando-as em forças adversas à efetivação das ordens régias, levaria o governo a uma situação insustentável, cuja incumbência era praticamente impossível. Por este motivo o governador de Minas, tendo em vista o respeito ao patrimônio dessas elites, alterou suas exigências iniciais, submetendo-se à necessidade de negociar para obter a colaboração indispensável dos centros de poder local ao cumprimento das ordens régias.



Partimos da premissa que, nas Capitanias da região Centro-Sul (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), os súditos dispunham de maior força política e de pressão sobre os Governadores, porque a região era política e militarmente exigida por Lisboa. Por ordem régia, as do Centro-Sul estavam incumbidas em participar com recursos financeiros, humanos e bélicos na defesa da região meridional. Portanto, sua força política era proporcional a sua importância militar. No contexto no qual estava inserida a região Centro-Sul, as resistências de seus habitantes aos abusos de Governadores, representantes régios, tornavam-se não só eficientes, como, também, com repercursões fortes e perigosas. Por outro lado, os Governadores, para conseguirem cumprir as determinações régias de defesa do Estado, dependiam efetivamente da colaboração material e política de seus habitantes locais.

Considerações finais

Em contexto de falta de recursos para manter as suas conquistas na América e, em função das suas prioridades militares, a Coroa Portuguesa precisou eleger determinados espaços coloniais para canalizar os poucos recursos financeiros disponíveis¹⁹. Dessa forma, os exíguos investimentos militares, em sua maioria foram direcionados para o Sul do Estado devido ao maior grau de tensão e risco de guerra aberta contra os espanhóis. Durante o período pombalino, a própria transferência da capital do Vice-Reinado para o Rio de Janeiro, demonstra a prioridade geopolítica da região Centro Sul no conjunto do Império Português, ou seja, a centralidade militar da região meridional para Lisboa é notória.

Fora do palco principal dos confrontos, o sistema defensivo e militar da região do Macapá, mesmo sendo fronteira, jamais recebeu atenção suficiente. Sem maiores cobranças militares advindas do Centro, podemos afirmar, em termos gerais, que não só Macapá, mas toda a região Norte, durante o período pombalino, manteve seu aspecto militar com poucas alterações. Tal fato, deve-se pelo motivo de que a grande luta da região foi e continuou sendo contra os inimigos internos (índios e negros) e contra estes a tradicional guerra de guerrilha era eficiente e apropriada.

Quanto aos inimigos externos, aos quais as reformas militares pombalinas eram direcionadas, permaneceram apenas como ameaça na região Norte. Os embates militares contra as potências europeias foram substituídos pelos acordos diplomáticos. Concordamos com Antônio Ladislau Monteiro Baena quando afirma que “não ocorreu no Pará nenhum evento militar que exigisse



a organização mais sistematizada das suas forças militares” (BAENA, 2004, p. 152). Como consequência, as suas forças permaneceram com características fortemente tradicionais e corporativas, isto é, descentralizadas, não técnicas e socialmente comprometidas.

Alanna Souto confirma tal situação em “Fotografia Demográfica dos Cabeças de Família da Capitania do Pará a partir do Recenseamento de 1778”, constata que, não havia uma força militar unitária na região, mas diversas forças dispersas chefiadas pelas elites locais e que estas forças existiam, sobretudo, para defenderem os seus interesses particulares: políticos e econômicos (CARDOSO, 2010, p. 57).

Entretanto, consideramos que, durante o período pombalino, outras reformas foram priorizadas para a região Norte como, por exemplo, de acordo com José Manuel Azevedo Silva: a liberdade, civilidade e dignificação social dos índios; a questão religiosa e o conflito com os jesuítas; o repovoamento com colonos, índios e negros africanos; o fomento da atividade econômica; a demarcação dos limites do Brasil Setentrional²⁰. Assim, hostilidades externas que sequer chegaram de fato às remotas distâncias do Grão Pará, fazem-nos concordar, em parte, com Evaldo Cabral quando afirma que a ‘guerra de guerrilha’ teria se tornado uma arte militar adequada apenas às “áreas arcaicas”, nas campanhas contra bárbaros levantados ou negros aquilombados (MELLO, 1975, p.77).

Concordamos que, de fato, ao longo da segunda metade do século XVIII, a chamada “guerra de guerrilha” permaneceu ativa e adequada aos combates travados no Norte da América. Entretanto, ao contrário do autor, expandimos essa afirmação e sustentamos a ideia que a ‘guerra de guerrilha’ permaneceu não só ativa como sendo o único recurso bélico que as autoridades portuguesas dispunham para garantir a defesa de todo o território americano, mesmo sendo estas forças obsoletas e tecnicamente defasadas, e portanto, incapazes de defender os domínios régios dos inimigos externos dos meados do século XVIII.

Referências

AIDAR, Bruno. Rivalidades imperiais no Prata e as finanças da capitania de São Paulo, 1765-1811. *In: JORNADAS DE HISTÓRIA ECONÓMICA*, 21., 2008, Caseros. *Anais [...]*. Caseros: A.A.H.E., 2008.

ALDEN, Dauril. *Royal government in Colonial Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1968.



ALMEIDA, Luís Ferrand, A Colonia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental–Marabá e Macapá*. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARAÚJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. *Anais mus. paul.*, São Paulo, v. 20, n. 1, jun. 2012.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia do século XVIII – Belém, Macapá e Mazagao*. 1992. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Universidade Nova de Lisboa, 1992.

BAENA, A.L.M. Ensaio Corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 152.

BANDO lançado pelo Governador de Minas Gerais, MG: AHU, 1766, Cx. 88, doc. 36

BASTOS, Carlos Augusto. Às vésperas das demarcações: expectativas luso-espanholas para as fronteiras imperiais no vale amazônico (1777-1780). *Revista Fronteiras & Debates*, Macapá, v.1, n.1, p. 9-24, jan./jun. 2014.

BRITO, Carla. *Visualidades da fortaleza de São José de Macapá em interação com uma escola pública da cidade de Macapá*. 2013. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – UFPE, João Pessoa, 2013.

BUENO, Beatriz Siqueira. Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares. *Oceanos*, Lisboa, n. 41, jan./mar. 2000.

CARDOSO; Alanna Souto. Fotografia Demográfica dos Cabeças de Família da Capitania do Pará a Partir do Recenseamento de 1778. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu-MG, 2010.

CARTA do Comandante da Vila Vistosa Marcos José Monteiro de Carvalho para o governador e capitão general do Estado do Pará; Pará, AHU, 1773. Cx. 77, doc.321)

CARTA Circular aos Capitães Mores de Luiz Diogo da Silva; MG: AHU, Cx. 88, doc. 36

CASTRO, Adler Homero Fonseca de, O fecho do império. In: GOMES, Flávio dos



Santos (org.). *As terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão da Guiana Brasileira dos séculos XVIII-XIX*. Belém: Editora UFPA, 1999, pp. 129-193.

CONSULTA do Conselho Ultramarino para a Rainha, Pará: AHU, 1779, Cx. 83, doc. 6831

CONSULTA do Conselho Ultramarino para a rainha sobre a exposição feita pelos oficiais da Câmara, Pará: AHU, 1779, Cx.91, doc. 429

CORDEIRO, Carlos; MADEIRA, Arthur Boavida. A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820) – uma leitura em torno de interesses e vontades. *Arquipélago História*, Ponta Delgada, v. 7, p. 99-122, 2003.

COSTA, Fernando Dores. Os métodos efetivos de recrutamento. In: HESPANHA, Antonio Manuel (dir.). *Nova história militar de Portugal: séculos XVI-XVIII*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000. v. 2, p. 68-111.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Ed. Alvaciord, 1997.

EDITAL para se alistarem todos os moradores das terras da jurisdição desta Capitania [Rio de Janeiro], ANRJ, 1766, Cod.73, vol.1, fl.143

FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e administração colonial. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (org.). *A escrita da história paraense*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

FONTANA, Ricardo. *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do Séc. XVIII*. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2005.

FRAGOSO, João; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. Fátima (org.). *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIL, Tiago Luís. *Os Infiéis Transgressores: contrabando e sociedade nos limites Imperiais (Rio Grande e Rio Pardo, 1760-1810)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, PPGHIS-UFRJ, 2003.

GOLIN, Tau. Johann Heinrich Böhm e o mito da cavalaria rio-grandense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS IBERO-AMERICANOS - HISTÓRIA, LITERATURA E MITO: VIAJANTES EUROPEUS NA AMÉRICA DO SUL, 8., 2011, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. v. 8, p. 6.



GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. *Revista Cantareira*, [Rio de Janeiro], n. 17, jul./dez. 2012.

GREENE, Jack. *Negotiated Authorities. Essays in Colonial Political and Constitutional History*. Charlottesville 3rd London: University Press of Virginia. 1994.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal século XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo-sul. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, Tomo I, Vol. 1, pp. 349-395.

LUNA, Verônica Xavier. *Entre o Porteau e o Volante: africanos redesenhando a Vila São José de Macapá (1840-1856)*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2009.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v. 8, n. 1, p. 73-114, 2005.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1975.

MEMÓRIA, não assinada, sobre os Corpos Auxiliares da Capitania das Minas Gerais. Minas Gerais: AHU, [1766]. Cx. 87, doc. 48, AHU_CU_011.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de, *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado 1751-1759*. São Paulo: IHGB, 1963. t. 1.

MIRANDA, Márcia Eckert. *A estalagem e o império: crise do antigo regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. 2006. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OFÍCIO do Governador e Capitão General, João Pereira Caldas, para Martinho de Mello e Castro. Pará: AHU, 1777, Cx 84, doc. 233



OFÍCIO do Ouvidor-Geral da Capitania do Pará, Feliciano Ramos Nobre Mourão, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Pará: AHU, 1761. Cx. 49, doc. 4522

OFÍCIO do Governador e Capitão General, João Pereira Caldas, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Pará: AHU, 1773, Cx. 83, doc.6831

OFICIO de Morgado de Mateus para o Conde de Oeiras, SP: AHU, 1766, Cx. 25, doc. 2409

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

OLIVAL, Fernanda. O Brasil na disputa pela política de mercês extraordinárias da coroa (séculos XVI-XVIII). In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, p.151-174.

POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na Colónia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

QUANTO AOS CORPOS AUXILIARES da Capitania das Minas, não assinada; MG: AHU, 1766, Cx 87, doc 48.

RAVENA, Nírvia. Maus vizinhos e boas terras – ideias e experiências no povoamento do cabo Norte – século XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Editora UFPA, 1999, p. 63-95.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira*. Belém: Secult, 1993. v.1.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Editora Governo do Estado do Amazonas, 1965.

RODRIGUES, José Damião. Das pequenas ilhas ao vasto sertão: os casais açorianos no povoamento de uma fronteira imperial (Amazônia, século XVII). *Revista eletrônica Naveg@merica*, Madrid, v. 15, p. 1-14, 2015.

SALES, Ernesto Augusto Pereira, “As Observações Militares do Conde Lippe” In O Conde Lippe em Portugal, Vila Nova de Farnalicão, Lisboa, 1936, p. 137.

SALOMON, Marlon J. *O saber do espaço: ensaio sobre a geografização em Santa*



Catarina no século XIX. 2002. Tese (Doutoramento de História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Joinville, 2002.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII*. São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. (Brasília, 379).

SILVA, Augusto da. *A ilha de Santa Catarina e sua terra firme: estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. 2008. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 2008.

SILVA, José Manuel Azevedo. *Mazagão: uma cidade luso-marroquina deportada para a Amazônia*. [Coimbra]: Palimage, 2007.

SILVA, José Manuel Azevedo. *O modelo pombalino de colonização da Amazônia*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.

SOUZA, Milena Duarte de Oliveira. Portugal, os imigrantes e a Amazônia na segunda metade do século XVIII. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA UFRPE - HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE, 2006, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFRPE, 2006.

TORRES, Simei Maria de Souza. *O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1800)*. 2006. Dissertação (Mestrado) - PUC, São Paulo, 2006.

VIDAL, Laurent. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano. Migração açoriana na Amazônia: conexões entre Ilha Graciosa, Lisboa e Grão-Pará (1751-1754). *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 342-367, ago./dez. 2017.

XAVIER, A. B., HESPANHA, A., M. As redes clientelares. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: o antigo regime (1620-1827)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, v. 4, p. 381-393.

Notas

¹Professora Associada do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Doutora pela UFF e mestre pela PUC/RJ em História Social. E-mail: christianemello@hotmail.com, ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0760-9519>.

²A fronteira dos domínios coloniais portugueses e franceses no Norte da América do Sul



foi durante muito tempo indecisa e contestada, provocando três séculos de rivalidade: o problema do Território Contestado só foi resolvido em 1900. O rei da França considerava que sua soberania exercia-se entre os rios Orinoco e Amazonas, isto é a totalidade das Guianas litorais, mas os portugueses, vassallos do rei da Espanha entre 1580 e 1640, receberam deste último a capitania do Cabo do Norte até o rio Oiapoque, limite do povoamento francês, na parte antigamente atribuída aos espanhóis pelo papa. As duas soberanias sobrepunham-se, e numerosos conflitos violentos ocorreram entre franceses e portugueses durante o século XVII. À procura de boa vizinhança, os soberanos francês e português, após um primeiro tratado de neutralização em 1700, aceitaram como fronteira, no tratado de Utrecht em 1713, um rio “Japoc ou Vicente Pinção” nunca localizado com precisão. Para os portugueses, só podia tratar-se do rio Oiapoque, o que negavam os franceses, para os quais este rio devia corresponder a outros mais próximos do cobiçado Amazonas. O problema da posse da região permaneceria pendente nas relações entre as duas Cortes trazendo inquietação constante com a defesa do território (GRANGER, 2012, p. 33).

³Vale lembrar que “desde o século XVI que as gentes das ilhas atlânticas (Madeira e Açores) constituíram, por mais de uma vez, um recurso importante da coroa com o objetivo de povoar e defender zonas de fronteira do império português na América do Sul, face à pressão e concorrência de outras formações políticas europeias”. (RODRIGUES, 2015, p. 1)

⁴Mendonça Furtado encontrou grandes dificuldades na transferência dos casais açorianos de Belém para Macapá devido, segundo o governador, a resistência dos jesuítas que foram convocados para fazer o deslocamento com suas canoas e não o fizeram. Os religiosos estariam inconformados com o projeto de ocupação do espaço da aldeia missionária de Macapá por colonos. *In*: Mendonça (1963, p. 90).

⁵A vila de Macapá receberia outras levas de povoadores. Em 1761, a povoação recebeu um grupo de degredados e, em 1764, outra leva de imigrantes, de sorte que no ano seguinte, Macapá contava com uma população de 802 habitantes. *In*: Araújo (1992, p. 190).

⁶As três vilas: São José de Macapá, Vistosa da Madre de Deus e Nova Mazagão se constituíam no chamado triângulo defensivo da região. De acordo com Azevedo Silva: “na concepção geral de defesa da Amazônia, o tampão defensivo da passagem estratégica do braço esquerdo da foz do Amazonas deveria assentar no povoamento tripolarizado nas vilas de Macapá, Vila Vistosa e Vila Nova de Mazagão” Silva (2007, p. 30)

⁷De acordo com o Decreto Régio, os Governadores deveriam prover de alojamentos, rações alimentares, sementes, ajuda de custo, animais, utensílios, ferramentas, terras, bem como estabelecer a forma de organização das povoações, traçado urbano, localização das suas igrejas, a estruturação das Companhias de Ordenanças, tudo conforme as determinações de Lisboa (REIS, 1965, apud TORRES, 2006, p. 77).

⁸A fundação Colônia de Sacramento atendia aos planos da Coroa Portuguesa de ampliar as fronteiras ao sul do território luso-americano, bem como aos interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro em reativar o comércio legal e ilegal com as províncias do domínio espanhol. Entreposto no estuário platino, a Colônia do Sacramento era um ponto estratégico situado perto de Buenos Aires, um dos principais portos de saída da prata castelhana. Para Ferrand Almeida, a fundação da Colônia do Sacramento seria “o resultado de um conjunto complexo de fatores econômicos e políticos”. (Para maiores informações sobre a Colônia do Sacramento, consultar entre outros: ALMEIDA, 1973;



HOLANDA, 1976; POSSAMAI, 2006).

⁹Segundo Fernanda Olival, A manutenção do vasto Império ultramarino português é um dos fatores que contribuiu para o crescimento da prática política de concessão de mercês. [...]. A economia da mercê era relevante não só para os reinóis que habitavam as diversas colônias que compunham o império português, mas também para os nativos e até mesmo indígenas, que foram absorvendo os seus princípios tanto na Índia como no Brasil e em outros locais (OLIVAL, 2009).

¹⁰De acordo com Tau Golin, Rafael Pinto Bandeira, comandante da Cavalaria Ligeira, formada por milicianos povoadores, representava o mais notório exemplar do militar-estancieiro. Sua força residia na terra, na ocupação de cargos administrativos e patentes militares, como também no número de homens em armas que estavam dispostos a lhe servir (GOLIN, 2011, p. 6).

¹¹Maiores informações sobre os aldeamentos jesuíticos na região do Macapá Ver: Luna (2009, p. 34).

¹²O Governador e comandante militar da Praça do Macapá, Gama Lobo de Almada, define de maneira precisa a importância estratégica da Praça: “a importantíssima Praça de S José de Macapá, a barreira mais considerável que naquela Fronteira deste Estado se pode opor a invasão do inimigo e em certo modo o baluarte desta Capitania [...] uma Praça, que provavelmente será a primeira a ter o inimigo sobre os braços sempre que o Estado do Pará for atacado”. (OFÍCIO..., 1780).

¹³Vieira Junior em extenso trabalho de pesquisa, analisa o processo de migração açoriana na Amazônia e traz os detalhes das inúmeras despesas e gastos necessários para a fixação das famílias dos colonos açorianos na região do Macapá (VIEIRA JÚNIOR, 2017, p. 361-362).

¹⁴De acordo com Dauril Alden aquela armada consistia na maior expedição espanhola já enviada à América (ALDEN, 1968, p. 224-225).

¹⁵De acordo com Adler Castro, “A documentação histórica aponta que o forte de Macapá seguiria os preceitos de Vauban, o que se verifica apenas até certo ponto. Na verdade, ela é uma fortificação do que é conhecido como “traçado italiano”, introduzido no século XVI, o qual se caracteriza pelo uso de baluartes pentagonais. [...]. Vauban, engenheiro francês do século XVII, introduziu algumas modificações ao sistema, mas cremos ser mais correto dizer que a fortificação de Macapá é “abaluartada” e não do sistema do engenheiro francês.” (CASTRO, 1999, p. 177).

¹⁶De acordo com Adler de Castro, “A fortaleza e as povoações na região do Macapá tiveram que compartilhar recursos limitadíssimos com uma série de outras povoações e fortificações no Pará e Amazonas. De forma que, as obras em Macapá caíram em ritmo lento” (CASTRO, 1999, p. 137).

¹⁷Entre os vários autores que analisam a cultura política no Antigo Regime: Fragozo, Bicalho e Gouvêa, (2001); Hespanha (1994); Xavier e Hespanha (1993); Olival (2001).

¹⁸A cultura política do Antigo Regime se traduzia por algumas práticas, tais como o estabelecimento de redes clientelares (redes de reciprocidade, onde duas partes envolvidas, por exemplo, o Rei e seus vassallos, mantêm uma contínua troca de favores efetuada geralmente de forma assimétrica) (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 386).



¹⁹As questões do financiamento das guerras do Sul e a política de descentralização da receita para os gastos de guerras foram abordadas por Aidar (2008). VER também: Alden (1968); Miranda (2006); Santos (1984); Silva (2008).

²⁰Estes pontos estão desenvolvidos ao longo do texto de Silva (2002).

Christiane Figueiredo Pagano de Mello
Política militar pombalina: Nas áreas
de alto e baixo risco de guerra